

POWER OF VOICES FAIR FOR ALL

CDD
Centro para
Democracia e
Direitos Humanos

HABILITANDO CADEIAS DE VALOR PRO-POBRE

Quinta - feira, 13 de Fevereiro de 2025 | Ano II, n.º 08 | Director: Prof. Adriano Nuvunga

**PLANO DE ACÇÃO PARA OS PRIMEIROS
CEM DIAS NA AGRICULTURA**

**GOVERNO DE CHAPO PREVÊ GASTAR 1,4 MIL
MILHÕES DE METICAIS, NUM INVESTIMENTO
FOCADO EM MEDIDAS QUE IGNORAM OS
PROBLEMAS ESTRUTURAIS DO SECTOR E SEM
IMPACTO REAL NA VIDA DO POVO**

Após quase 22 dias desde a sua posse, o Executivo de Daniel Chapo apresentou um plano de acções para os primeiros 100 dias de governação, contendo 78 medidas para diversas áreas. Este plano é composto por cinco pilares, transformação estrutural da economia, transformação social e demográfica, infraestruturas, organização e

ordenamento territorial, governança, paz e segurança, e sustentabilidade ambiental.

No âmbito do plano de governação, a agricultura está inserida nos pilares da transformação estrutural da economia e da infraestruturas, com o objectivo de aumentar a eficiência e a eficácia produtiva, tanto nas áreas consolidadas quanto nas com potencial de desenvolvimento.



No pilar da infraestrutura, o plano propõe a construção e reabilitação de infraestruturas de transporte, a instalação de lojas de insumos agrícolas e o desenvolvimento de projectos de irrigação. Especificamente, prevê-se a reabilitação de um número não definido de quilômet-

ros de estradas, a instalação de 15 lojas de insumos agrícolas em Niassa, Gaza e Inhambane, e a implementação de áreas irrigadas operacionais, como os projectos de Gandlaze (90 ha), Buzi (320 ha) e outros, com a previsão de ampliar a área irrigada no país.



Em termos de acções específicas, o plano inclui a alocação de 428 caprinos melhorados (raça pura) em Tete, Nampula e Cabo Delgado, e a distribuição de 3.520 caprinos para diversas províncias, incluindo Cuamba, Mecanhelas, Chibuto, Chókwè, Guijá, Massingir, Mabalane, Mapai, Massinga, Inhassoro e Govuro. O plano também prevê o acesso à mecanização para 21 agregados familiares nas províncias de Tete, Nampula e Zambézia, e

a distribuição de kits de insumos agrícolas para 9.700 famílias em Moatize, Nhamatanda, Nicoadala e Vanduze.

Além disso, o plano prevê a criação de 30 corredores de tratamento animal em várias localidades, como Chibuto, Chigubo, Govuro, Inhassoro, Mabalane, Magude, Massangena, Massinga, Mecanhelas, Moamba, Panda, Manhiça e Vilankulo, com o objectivo de melhorar a saúde animal e a produção agrícola.



O Estado Actual da Agricultura em Moçambique, e As Medias Propostas para o Sector



A agricultura em Moçambique enfrenta varios desafios que impedem o pleno desenvolvimento do sector. A grande maioria dos pequenos agricultores ainda depende de práticas tradicionais de baixo rendimento, sem acesso adequado a tecnologias agrícolas modernas, insumos de qualidade ou mercados competitivos. A escassez de infraestruturas adequadas, como sistemas de irrigação, redes de transporte e serviços de extensão, limita ainda mais a capacidade de

produção. A vulnerabilidade a desastres naturais, como secas e inundações, agrava a situação, comprometendo a segurança alimentar de milhões de moçambicanos. Além disso, a falta de acesso ao crédito e os baixos preços pagos pelos produtos agrícolas dificultam a competitividade e o crescimento do sector.

Os dados do IAI 2023¹ revelam a gravidade dessa situação. Apenas 12% das explorações têm acesso a serviços de extensão agrícola, e

¹ <https://www.agricultura.gov.mz/wp-content/uploads/2024/09/Inquerito-Agrario-Integrado-IAI-2023.pdf>

apenas 9,1% utilizam fertilizantes químicos. A falta de acesso a informações sobre preços e a dificuldade no acesso ao crédito, com apenas 0,7% dos agricultores obtendo financiamento

para a actividade agropecuária, indicam a insuficiência das políticas públicas para reverter esse quadro, incluindo as medidas invocadas no plano dos 100 dias de governação.



As medidas do plano de 100 dias para o sector da agricultura apresentam um conjunto de deficiências estruturais e uma visão superficial dos problemas do sector. O governo propõe acções como a distribuição de caprinos melhorados, o acesso à mecanização para alguns

agregados familiares e a instalação de lojas de insumos agrícolas em regiões seleccionadas. No entanto, essas medidas não são suficientes para resolver os problemas estruturais profundos que afectam a agricultura em Moçambique.

1. Valor do Investimento e Comparação com Outros Sectores

O plano destina recursos limitados à agricultura em relação aos sectores que, apesar de igualmente relevantes, não demandam por tanta necessidade quanto a agricultura, o que reflecte a contínua subvalorização desse sec-

tor fundamental para a economia do país. O impacto de um investimento dessa magnitude será limitado, uma vez que o sector precisa de reformas estruturais abrangentes e de longo prazo.



2. Superficialidade das Medidas Propostas

Embora o governo proponha várias acções, como a reabilitação de infraestruturas, a distribuição de caprinos e a instalação de sistemas de irrigação, essas medidas permanecem superficiais e de pequena escala. A reabilitação de poucos quilómetros de estrada e a criação de apenas 15 lojas de insumos agrícolas são in-

suficientes para superar os desafios de conectividade e acesso a insumos em vastas regiões rurais do país. As acções são pontuais e não abordam as questões estruturais que realmente afectam a produção agrícola em larga escala, como a falta de acesso à terra, à tecnologia e ao crédito.

3. Desconsideração dos Reais Problemas do Sector

O plano não aborda questões importantes, como a falta de acesso à terra de forma segura e legal, a escassez de crédito acessível para pequenos agricultores e a necessidade de capacitação técnica e gerencial. A mecanização agrícola, por exemplo, é mencionada, mas sem uma estratégia clara para implementação. O uso de tecnologias apropriadas, como sistemas

de irrigação inteligente, sementes melhoradas e práticas agrícolas sustentáveis, continua a ser um desafio não resolvido. Além disso, as medidas propostas não consideram adequadamente a necessidade de uma abordagem integrada que envolva a educação financeira, a revisão da legislação agrária e a criação de um ambiente regulatório favorável ao desenvolvimento agrícola.

O Modelo Ideal para o Desenvolvimento da Agricultura em Moçambique

Para enfrentar os desafios que a agricultura moçambicana enfrenta, é necessário um modelo de desenvolvimento agrícola integrado que coordene eficazmente o apoio técnico, financeiro e fiscal aos pequenos agricultores. Este modelo deve criar condições para que os pequenos produtores se possam formalizar, integrar-se nas cadeias de valor e ter acesso a incentivos, como assistência técnica, crédito e benefícios fiscais.

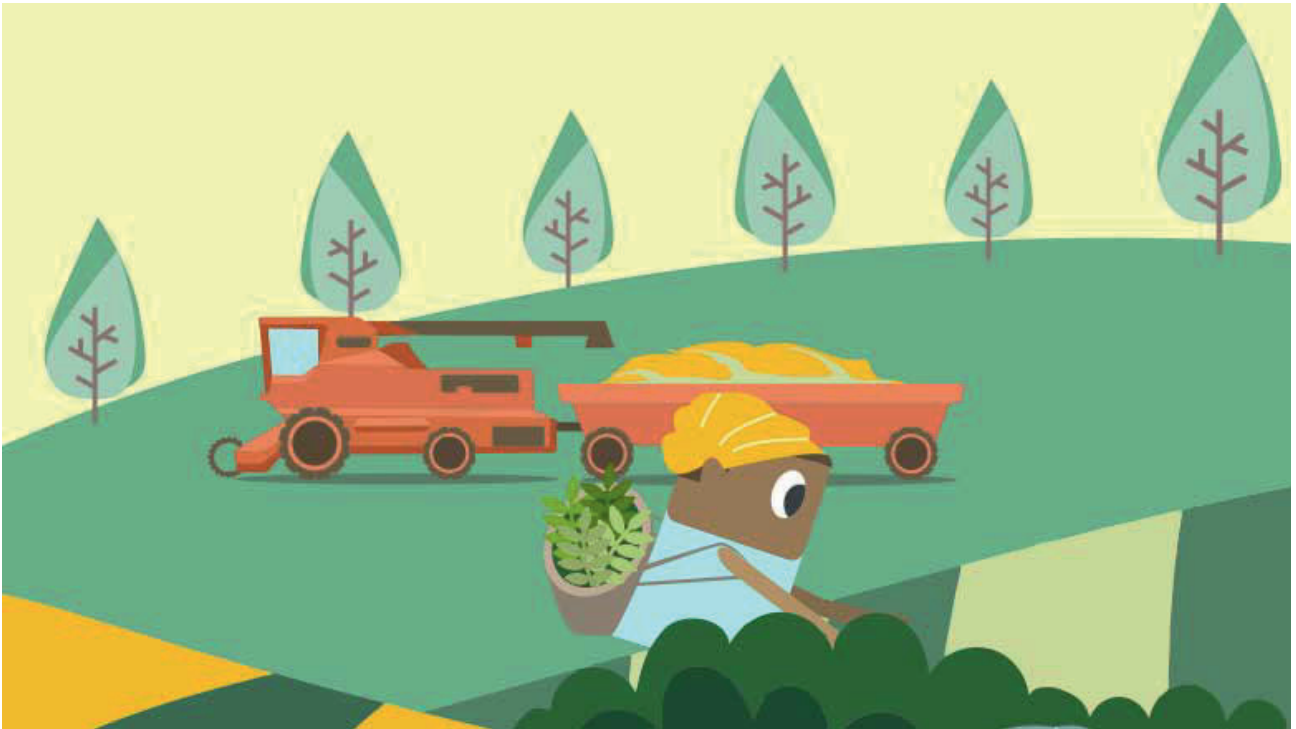
A capacitação dos pequenos agricultores deve ser uma prioridade, com programas de extensão rural focados em práticas agrícolas modernas e sustentáveis. A introdução de tecnologias apropriadas, como sistemas de irrigação eficientes, sementes de alta qualidade e práticas de manejo sustentável do solo, deve ser promovida. Além

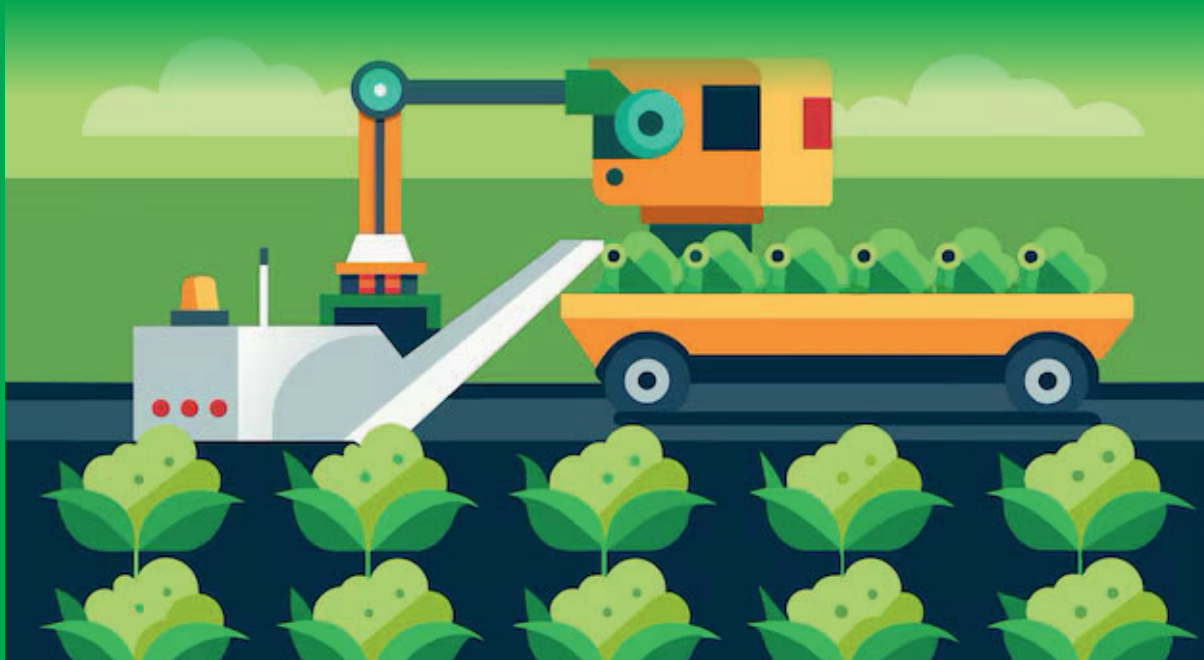
disso, o acesso ao crédito é um obstáculo crítico, e o governo deve criar mecanismos de financiamento acessíveis, com taxas de juros baixas e prazos de pagamento flexíveis, para permitir que os agricultores invistam em insumos, equipamentos e tecnologias.

Outro ponto essencial é a revisão da legislação agrária para garantir a segurança jurídica dos pequenos agricultores e promover o acesso à terra. O ambiente regulatório deve ser simplificado e a formalização das propriedades deve ser incentivada. Além disso, políticas fiscais favoráveis à produção local, como subsídios e isenções fiscais para pequenos produtores, são fundamentais para estimular o crescimento do sector agrícola.

A integração dos pequenos agricultores nas cadeias de valor é fundamental para aumentar a competitividade e a sustentabilidade do sector. Para isso, deve-se criar redes de comercialização eficientes, que conectem diretamente os polos de

produção aos de consumo, reduzindo a intermediação e aumentando a rentabilidade dos produtores. A formação de cooperativas e associações pode fortalecer o poder de negociação dos agricultores e facilitar o acesso aos mercados.





MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: Salvado Raisse
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS PROGRAMÁTICOS



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

Com apoio:

